



UNIVERSIDADE DE UBERABA

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO
DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: MESTRADO
PROFISSIONAL – PPGEB**

BRUNO GUSTARELLI ALMEIDA MARQUES

**ESCOLHA (ELEIÇÃO) DE GESTORES EM ESCOLAS DO
MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA - MG**

UBERLÂNDIA/MG

2022

BRUNO GUSTARELLI ALMEIDA MARQUES

**ESCOLHA (ELEIÇÃO) DE GESTORES EM ESCOLAS DO
MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente Para a Educação Básica: Mestrado Profissional – PPGEB da Universidade de Uberaba, como quesito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus

Uberlândia-MG

2022

BRUNO GUSTARELLI ALMEIDA MARQUES

**ESCOLHA (ELEIÇÃO) DE GESTORES EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
TUPACIGUARA - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 15/03/2022

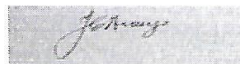
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes
Universidade Federal de São Carlos -
UFSCAR



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Marques, Bruno Gustarelli Almeida.

M348e Escolha (eleição) de gestores em escolas do município de Tupaciguara-MG /
Bruno Gustarelli Almeida Marques. – Uberlândia, 2022.
43 f. : il. p&b.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica. Linha de pesquisa: Educação Básica: Fundamentos e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

1. Escolas – Organização e administração. 2. Gestão escolar. 3. Educação. I. Jesus, Osvaldo Freitas de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.2

*Dedico este estudo a todas as pessoas que passaram pela
História e tiveram seus direitos à liberdade e ao senso crítico
suprimidos, principalmente a todos os que contribuíram pela busca
de uma sociedade efetivamente democrática.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade de enriquecer e de abençoar meus conhecimentos.

Aos meus Pais, Madalena e Reis, e a meu Irmão Gustavo, que foram grandes incentivadores e parceiros nessa trajetória.

Ao meu Irmão Marcelo (In Memoriam), um grande exemplo de homem e de sabedoria, fonte de inspiração.

Ao meu Querido Professor Osvaldo, meu Orientador, que comungou comigo os diversos saberes, levando-me ao pensamento indutivo, reflexivo e crítico.

Aos meus avós, que participaram incisivamente da construção do meu saber; a minha família, pelo amor e pela dedicação.

Obrigado!

“Não fica e nem vai embora: é o estado de poesia” (Chico César)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a escolha de dirigentes escolares, que é realizada nas escolas de Ensino Fundamental na cidade de Tupaciguara, Minas Gerais. A preparação para a vida democrática implica saber escolher quem administrará a instituição, no caso a escola, por um determinado período de tempo. Essa preocupação tem envolvido autores renomados em pesquisa e reflexões, pois a cidadania, em boa parte, depende de valores e de atitudes que foram incentivados na escola. John Dewey é um exemplo daqueles pesquisadores que investiram tempo, investigando essa correlação existente entre democracia e Educação. Esta pesquisa foi desenvolvida dentro da linha de pesquisa **Educação Básica: Fundamentos e Planejamento**. Como uma pesquisa bibliográfica e documental, seu enfoque é qualitativo. Entre os autores que serviram de apoio, estão John Dewey, Steven Levitsky e Ziblatt, Daniel Ziblat e Yascha Mounk. Na parte aplicada da pesquisa, as escolas de Ensino Fundamental de Tupaciguara, Minas Gerais, foram estudadas, quanto ao processo de escolha de seus dirigentes. As relações entre gestão e eleição são muito sutis, e são escolhidos, normalmente, aqueles que estão alinhados com o poder local. Ficou subentendido que a escolha dos dirigentes de escola em Tupaciguara, MG, sofre alguma forma interferência do poder político.

Palavras-chave: Escolha de dirigentes. Gestão Escolar. Educação.

ABSTRACT

This research focuses on the election of school managers in the city of Tupaciguara, Minas Gerais. This concern has called the attention of authors to research and to thinking, since citizenship greatly depends on the values and the attitudes which were object of investment. John Dewey is an example of the researchers who took time, studying this important correlation. This research was developed within the research line: **Basic Education: Fundamentals and Planning**. As a bibliographic and documentary research, its approach is qualitative. Among the authors who played the role of theoretical support, John Dewey, Steven Levitsky and Ziblatt, Daniel Ziblat and Yascha Mounk were fundamental. In the applied part of this work, the schools of Tupaciguara, MG, the study of the forms of choosing their managers was the object of this research. Along the research, it became very clear that the correlations between democracy and school education are very tiny and subtle, but also very distant. Politics have different horizons in its endeavors. The gains of education are not those which politics succeeds in harvesting. The research output points to interference in the election of the school managers.

Key-words: School Managers' Election. Management. Education.

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERIC	Educational Resource Information Center
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
PPP	Projeto Político Pedagógico
OCDE	Organization for Cooperation and Development of the Economy
PDF	Portable Document Format
PDS	Partido da Democracia Social
PISA	Program International for Student Assessment
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PPGEB	Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Uniube
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
UNIUBE	Universidade de Uberaba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Atenção e Percepção	17
------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Artigos em PDF recentes sobre democracia e educação	19
Quadro 2 Artigos recentes em PDF sobre democracia e Educação	20
Quadro 3 Classificação e nota para a democracia	23
Quadro 4 Condições democráticas	24

SUMÁRIO

MEMORIAL	13
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa	17
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Objetivo Geral.....	21
1.2.2 Objetivos específicos:	21
2 DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO	23
2.1 O Observatório da Democracia de Würzburg.....	23
2.2 A Democracia no Brasil.....	26
3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL	28
3.1 Dados Históricos da LDB	28
3.2 Estrutura da LDB	29
3.3 A LDB e a Democratização da Escola.....	30
4 A GESTÃO ESCOLAR EM TUPACIGUARA-MG	31
4.1 Breve histórico do município de Tupaciguara	31
4.2 As escolas municipais de Tupaciguara	32
4.3 Sobre a escolha dos dirigentes das escolas municipais.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	40
Anexo I Elementos da estrutura democrática	40
Anexo II Instituto de Max Würzburg – Alemanha	41
Anexo III Produto	44

MEMORIAL

Sempre tive um olhar crítico e reflexivo sobre a Educação, um olhar que perpassa os muros das escolas, da sala de aula, da lousa e do giz. Sempre dedicado ao estudo e interessado, buscava e busco os melhores resultados, não basicamente em relação a notas e conceitos, mas na sua amplitude, no que era e está proposto nas entrelinhas das metodologias e didáticas. Mas como ocorreu essa trajetória?

Iniciei minha vida escolar com quatro anos. Na época, por opção da minha mãe, iniciei a Educação Infantil em uma escola pequena, poucos alunos em sala. Chamava Pingo de Gente em Goiânia/GO. Fiz o Jardim II e tive o prazer de continuar com a mesma professora no Pré-escolar. Nunca me esqueci da minha Tia Tânia, que assim era chamada.

Posso garantir com minha experiência de educador, que a opção feita pela minha mãe foi acertada. Tive a oportunidade de ser alfabetizado de forma consistente para a cidadania, o que me proporcionou uma base bem fundamentada para a vida escolar. A alfabetização é a base para uma Educação construtiva, que ajuda as pessoas a desenvolverem a leitura, a escrita, a comunicação, as ideias e o pensamento. O letramento utiliza a escrita para resolver problemas do cotidiano, facilita as práticas sociais, e pode produzir diferentes gêneros textuais.

Então alfabetizado, dei início ao Ensino Fundamental em escola de orientação religiosa, na mesma cidade. Todo o cenário fora modificado, muitos alunos, várias salas, professores, com uma estrutura predial extensa. Confesso que tive algumas dificuldades de adaptação, que foram superadas no decorrer dos dias. O sistema de ensino era muito rígido e exigia muito do educando, em razão de uma metodologia baseada em resultados.

Nessa fase, quando cursava a sétima série (hoje, devido à mudança de nomenclatura, o sexto ano), comecei aprimorar meu olhar crítico, como citado anteriormente, em relação à Educação. Observava que os alunos com melhores notas eram destacados para todos, participei, algumas vezes, dessa categoria, mas gerava incômodo em relação aos demais. Aos melhores alunos era conferida uma estrela dourada, o que o diferenciava dos demais; um estilo de meritocracia. Sem dúvida alguma, o ensino era bom, mas a forma de tratar outras circunstâncias me levava a reflexão.

Lembro-me de uma vez, ao sair da capela – antes de ir para o intervalo, passávamos pela capela para oração – no pátio, crianças brincavam; brincadeiras aleatórias, supervisionadas pelas freiras. Tal supervisão não era realizada para monitoramento nem para orientação das atividades, mas no sentido mais puro da vigilância, que é a manutenção da disciplina. Duas

brincadeiras, na verdade, atividades esportivas definiam a questão de gênero: futebol para meninos e vôlei para as meninas, entre as brincadeiras que aconteciam no intervalo.

Nesse dia, estava sentado na escada à porta da capela e via as meninas jogar vôlei. Senti vontade de também participar. Assim o fiz. A freira observou, depois de alguns minutos, que eu jogava e abordou-me de forma brusca e sem a possibilidade de explicações. Fui levado à diretoria da escola. Após um verdadeiro sermão, assinei o livro de má conduta e meus pais foram acionados, para comparecer na escola, para tomar ciência do que havia acontecido.

Uma coação havia acontecido naquele momento, levando ao entendimento de que minha participação na brincadeira de uma forma ou de outra, era indicadora de minha opção sexual no futuro. Foi desgastante e humilhante, sim exatamente isso. Passei por psicólogos e naquele ano a “estrelinha dourada” não seria recebida, em decorrência de meu comportamento, isso sem falar dos olhares dos colegas nos corredores e os cochichos.

Qual o sentido de narrar essa etapa da minha vida escolar? Foi daí que comecei a analisar que a Educação não se limitava apenas às aulas e ao livro didático, iam além, tinham um cunho social, afetivo, psicológico e cognitivo. Essa escola estava formando cidadão? Assim, não desisti dos estudos, mas perdi o interesse pela escola salesiana. Terminei o Ensino Fundamental naquela escola e dei início ao Ensino Médio em uma escola pública.

Realidade totalmente oposta, deparei-me com outro contexto; não havia mais o “autoritarismo” que outrora vivenciei e passei a conviver com uma frágil liberdade. Digamos que era cada um por si; cada qual era responsável pelos seus atos. Não havia nenhum olhar observador sobre sua conduta ou ação. Fiquei nessa escola até o segundo ano, quando mudei para Tupaciguara e terminei o Ensino Médio em outra escola da Rede Estadual de ensino.

Chegara a hora de pensar sobre qual curso deveria escolher. Sempre pensei que minha opção estaria ligada à área de Arquitetura, mas, em conversa com minha prima, ela me apresentou a Universidade ILES/ULBRA (Instituto Luterano de Ensino Superior) em Itumbiara/GO, de metodologia luterana e dentro das opções de cursos que ofereciam não havia Arquitetura, então escolhi Pedagogia.

Passei no vestibular e dei início ao curso. Sempre falo que o meu encontro com o estudo da ciência da Educação foi o mesmo encontro do Pequeno Príncipe com a raposa:

— Vem brincar comigo - propôs ele. — Estou tão triste...
 — Eu não posso brincar contigo — disse a raposa. — Não me cativaram ainda.
 — Ah! desculpa - disse o príncipezinho.
 Mas após refletir, acrescentou:
 — O que quer dizer "cativar"?
 [...]

— Não — disse o príncipe. — Eu procuro amigos. — Que quer dizer "cativar"?
 — É algo quase sempre esquecido — disse a raposa. — Significa "criar laços"...

— Criar laços?

— Exatamente — disse a raposa. Tu não és nada para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E Não tenho necessidade de ti. E tu também não tem necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. Eu serei para ti única no mundo...

[...]

— Minha vida é monótona. Eu caço as galinhas e os homens me caçam. Todas as galinhas se parecem e todos os homens também. E isso me incomoda um pouco. Mas se tu me cativas, minha vida será como que cheia de sol. Conhecerei um barulho de passos que será diferente dos outros. Os outros passos me fazem entrar debaixo da terra. Os teus me chamarão para fora da toca, como se fosse música. E depois, olha! Vês, lá longe, os campos de trigo? Eu não como pão. O trigo para mim não vale nada. Os campos de trigo não me lembram coisa alguma. E isso é triste! Mas tu tens cabelos dourados. Então será maravilhoso quando me tiveres cativado. O trigo, que é dourado, fará com que eu me lembre de ti. E eu amarei o barulho do vento no trigo... A raposa calou-se e observou por muito tempo o príncipe:

[...] — A gente só conhece bem as coisas que cativou — disse a raposa. — Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo já pronto nas lojas. Mas como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me!

[...]

— Os homens esqueceram essa verdade — disse ainda a raposa. — Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.

[...]

A relação e a interação de todo processo com o curso de Pedagogia deu-se pela ação do cativar. Então, eu tive a certeza de que estava fazendo a formação acadêmica que atenderia meus anseios, minhas indagações e tudo que me envolve. Ao final do curso, decidi por me habilitar em Supervisão Escolar, o que me fascina. Talvez alguma ligação com fases que passei como mencionado anteriormente. Acabei a Graduação e já dei início à Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva, na cidade de Araguari/MG.

Logo iniciei minha carreira profissional, atuando como supervisor escolar fui contratado. No ano seguinte, 2005, houve um concurso na minha cidade, Tupaciguara/MG. Fui classificado e estou no cargo até os dias atuais; há um ano estou atuando como Coordenador Geral Pedagógico do município, convite feito pelo atual prefeito.

Nesse percurso, tive a oportunidade de atuar como Orientador de Estudos no PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – oferecido pelo Governo Federal; as minhas capacitações aconteciam na Universidade Federal de Uberlândia e o aprendizado era repassado para 68 professoras de alfabetização no município de Tupaciguara, e elas as colocavam em prática em sala de aula. Foi enriquecedora essa formação e os resultados colhidos

foram gratificantes em relação ao processo de alfabetização e letramento dentro dos eixos de língua portuguesa e matemática.

Sempre gostei de estudar e de me dedicar à vida acadêmica. Quando tive acesso ao edital de Mestrado da UNIUBE, não pestanejei e logo já me organizei para participar do processo seletivo. Na aula inaugural, senti que estava no caminho certo e que teria muitos saberes a serem agregados à minha vida acadêmica e profissional; nunca me esqueço de que nos foi passado como mensagem a música de Chico César: Estado de Poesia, a professora fez alusão ao curso, trocando o estado de poesia por um estado de pesquisa. Daí o início de tudo.

Enxerguei no Mestrado a oportunidade de refletir sobre a Educação escolar à luz da liberdade, tendo a experiência profissional e os saberes adquiridos como base para a formação. Muitas têm sido minhas indagações sobre qual tipo de educando que estamos formando. Entre elas, a responsabilidade pela condução da escola no seu cotidiano parece ser um fator de grande importância. O exercício efetivo da liberdade e da responsabilidade é um componente essencial, desenvolvido na escola. Dewey (1974) já colocava o ambiente democrático como vital para a formação cidadã dos alunos na escola.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

De acordo com a Fenomenologia, o ser humano é um projeto incompleto e aberto, a ser preenchido com a própria existência. O humano é uma elaboração que se realiza, enquanto a existência mesma se desdobra. Em razão dessa lacuna e dessa abertura, a Educação torna-se um fator decisivo para a consecução e para a realização desse projeto. Uma das partes mais importantes, a ser preenchida, é a formação para a vida social e política. Viver em sociedade implica fazer escolhas políticas, as quais poderiam ser ensaiadas e mesmo desenvolvidas na escola.

Tendo em vista essa afirmação, a escolha dos dirigentes escolares, embora pareça algo de menor importância, é fundamental para o exercício da futura cidadania. A interferência no destino das pessoas torna-se função da experiência do piloto que conduz a nave. Esse fenômeno, para ser percebido como importante, requer atenção. Como Merleau-Ponty (1945) bem mostra, ele requer observação e reflexão por parte de quem conduz a formação dos futuros cidadãos. A escolha de dirigentes na escola passa como um fato dentro de outro e, assim, distrai a atenção daqueles envolvidos no processo pedagógico. Na Figura 1, a atenção pode ser enganada, se não for reforçada com a reflexão. As linhas horizontais, embora iguais, tornam-se diferentes devido ao campo de visão do observador.

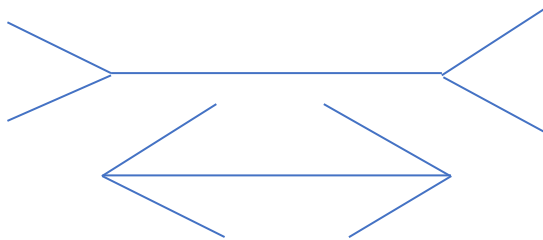


Figura 1 Atenção e Percepção

FONTE: Merleau-Ponty, 1945, p. 12

Fenômenos complexos são percebidos de maneira apropriada, somente quando forem observados com cuidado. A escolha de dirigentes em instituições escolares pode parecer um

fenômeno simples, mas, na verdade, não o é, pois a influência do poder político local ou regional pode tornar-se fator determinante na escolha dos dirigentes da escola.

A democracia e a Educação ocuparam espaço de destaque nas páginas acadêmicas da teoria da Educação. John Dewey, um dos mais importantes filósofos do pragmatismo norte-americano, por exemplo, entendia que a democracia fosse o ambiente político-social adequado para o desenvolvimento dos educandos. Como um bom kantiano, Dewey (1979) acreditava a cidadania passava pela formação da vontade livre, capaz de alicerçar e orientar o livre-arbítrio dos indivíduos.

O imperativo categórico kantiano era a expressão de uma vontade preparada para o ser humano viver de maneira responsável na sociedade livre. “Pergunta a ti mesmo se poderias de bom grado considerar a ação, que te propões, como possível mediante a tua vontade, se ela devesse ocorrer segundo uma lei da natureza da qual tu mesmo fosses uma parte” (KANT, 2011, p. 110). Do alto da crença no poder da racionalidade, o filósofo pensava que a razão pudesse ser a senhora da conduta humana, capaz mesmo de se governar enquanto estivesse em ação.

Sem encontrar espaço para o desenvolvimento da razão prática¹, o educando posteriormente encontraria dificuldades para agir, segundo princípios da ordenação coletiva. A formação da vontade livre e responsável tornar-se-ia fundamental na Educação para a cidadania. O cidadão, por si só, deveria ser a polícia de si próprio., mas para tal, deveria receber da Educação as ferramentas adequadas.

A democracia seria o regime político, senão o mais adequado de todos, no mínimo aquele que seria capaz de permitir que o educando pudesse educar-se, para ser livre e fazer escolhas valorativas e responsáveis na vida social. De fato, se o educando for induzido ou coagido a sempre obedecer, ele não alcançará sua autonomia nem saberá tomar decisões.

Piaget (1977) entende que a criança seja naturalmente heterônima e que a Educação permita que ela conquiste sua própria autonomia. Nesse sentido, o ambiente livre, todavia qualificado para o exercício da aprendizagem e desenvolvimento da liberdade, é necessário e imprescindível para a formação do sujeito e para o exercício da cidadania.

¹ Kant distingue dois tipos de razão: a razão pura e a razão prática. A primeira é aquela que coordena o conhecimento racional. A segunda, por sua vez, é aquela que comanda a conduta e as escolhas de valores do sujeito. Ele acredita que a primeira seja senhora da segunda, pois a razão, para os iluministas, ordena a vida pessoal e social das pessoas.

A opção pela temática da escolha dos dirigentes nas escolas de Tupaciguara, MG, justifica-se, pois a gestão da escola implica os rumos que a formação para a cidadania precisa tomar, um contorno, no qual se equilibram valores e condutas, especialmente nesse tempo, quando a liberdade, antes ameaçada pelo poder autoritário, novamente é desafiada pela ação de líderes e governos populistas, dispostos a abraçar o totalitarismo.

Se considerado o contexto político atual no Brasil, torna-se um processo mais complexo ainda, pelo obscurecimento da verdade, por intermédio das chamadas *fake-news*², que empobrecem o discernimento. Não se pode negar o fato de que a Educação e democracia

O Quadro 1, a seguir, apresenta os artigos em PDF que pesquisaram as relações entre Democracia e Educação, que foram consultados nesta dissertação.

Quadro 1 Artigos em PDF recentes sobre democracia e educação

Em 2022	Nenhum artigo
Em 2021	45 artigos
Desde 2018	287 artigos
Desde 2013	590 artigos
Desde 2003	1.111 artigos

FONTE: Education Resource Information Center - ERIC³/2022

Este número de publicações revela que o tema não é, atualmente do maior interesse dos pesquisadores sobre a Educação no mundo, pois, nos últimos vinte anos, foram publicados 1.111 artigos, disponíveis em PDF no ERIC. Sem PDF, mas analisados por pares, o número é muito maior, como demonstra o Quadro 2.

² *Fake-news* é um termo que revela uma tentativa de abalar a coluna da vida social que é a confiança mútua de viver em sociedade, pela disseminação de notícias falsas pelas redes sociais. *Fake*, na língua inglesa ,remete à ideia de algo falso, simulado e ardiloso.

³ - ERIC – *Educational Resource Information Center*, sediado em Washington, disponibiliza sua plataforma para publicar artigos, resultado de pesquisas, realizadas nas mais diversas partes do Planeta. Nele, são disponibilizados textos, analisados por pareceristas e publicados no formato de PDF.

Quadro 2 Artigos recentes em PDF sobre democracia e Educação

Em 2022	Nenhum artigo
Em 2021	188 artigos
Desde 2018	1035 artigos
Desde 2013	2253 artigos
Desde 2003	4450 artigos

FONTE: Education Resource Information Center - ERIC/2022

Por sua vez, o currículo, com as grandes mudanças desencadeadas na Educação, tornou-se um dos destaques da pesquisa educacional. São 4.450 artigos publicados nos últimos vinte anos. Quais conhecimentos, para quem disponibilizá-los, quem os organiza, por quanto tempo, qual avaliação da aprendizagem? Todas essas perguntas são temas de difícil consenso na área do currículo.

Quanto à formação do aluno propriamente dita, pouco se fala dela, pois a escola está mais interessada na instrução, ou seja, no ensino de ciências, tanto sociais e naturais e Matemática. Na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – por exemplo, vigoram as áreas de ciências, de leitura e de matemática no exame denominado como *Program International for Student Assessment - PISA*⁴.

A democracia, na vida política, apresenta diferenças enormes em relação à democracia na vida escolar. A eleição e a participação de todos são duas colunas que deveriam sustentar a vida democrática na escola. Todavia, nem sempre é o que acontece na vida da escola. Sua liberdade e autonomia são carimbadas e controladas, que tornam a escola um espaço com autonomia limitada.

Quando o aparelho político interfere na formação escolar do aluno, já não se fala em democracia e Educação. No texto citado a seguir, pode-se observar que o aluno chinês é induzido a fazer parte do Partido Comunista. Essa estratégia caberia no binômio democracia e Educação?

⁴ - PISA – **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**, já na sua sexta edição no Brasil, aplicado em estudantes que cursam o final do Ensino Fundamental.

Shortly after the start of the academic year in September, students are actively encouraged to join the Party or be promoted within its ranks. They are first introduced to the class leadership structures and then class party leadership structures. There is little that is subtle about the encouragement⁵ (OSMAN; CAMERON, 2014, p. 5).

Por estarem preocupadas com a formação para a liberdade e para o dever, as escolas municipais de Tupaciguara, com suas onze unidades, foram escolhidas como objeto de estudo, no processo de escolha de seus dirigentes, pois o piloto do avião talvez seja a variável mais importante para o sucesso do voo. Longe de serem exceções, essas escolas elegem seus gestores de acordo com critérios aprovados pela tradição escolar municipal.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Estudar e analisar a forma pela qual são escolhidos os gestores das escolas municipais de Tupaciguara, MG.

1.2.2 Objetivos específicos:

a - Estudar documentos que estabelecem orientações para a realização da eleição de dirigentes nas escolas;

b – Verificar se há participação dos pais na condução da Educação na escola, conforme determina a LDB no art. 12 e seguintes.

Esta pesquisa é **bibliográfica**, pois está alicerçada na leitura feita sobre autores que discutem a situação da democracia na sociedade atual: 1 - Mounk, 2019, para quem as soluções populistas põem em risco a estabilidade democrática; 2 – Levitsky & Ziblath, 2018; para quem o perigo contra as democracias não está em governos militares, mas em governos civis, porém autoritários; 3 – Dewey (1979) e 4 – Piaget (1977), para os quais, a democracia e a liberdade

⁵ Assim que se inicia o ano acadêmico na China, em setembro, os calouros são orientados a se inscreverem no Partido Comunista Chinês, de modo a terem chance de alguma promoção dentro do mesmo. Eles são apresentados às lideranças escolares e também às partidárias. Esse ato de persuasão não é considerado motivo de constrangimento. (Tradução livre deste pesquisador)

são condições para a Educação . Esta pesquisa utiliza o enfoque **qualitativo**, especialmente a hermenêutica, para interpretar os textos examinados.

Para apresentar os resultados da pesquisa, esta dissertação organiza-se em três seções, além do Memorial, da Introdução e das Considerações finais.

Na seção 1, procurou-se sintetizar o surgimento da noção de democracia na Grécia. As sementes da vida democrática foram semeadas naquela civilização, quando os doze bairros de Atenas elegiam os dirigentes e participavam da condução da vida política da cidade.

Na segunda seção, faz-se um histórico do processo da elaboração e da aprovação da LDB/96, no seu movimento bicameral, até chegar ao texto que passou a vigorar na Educação brasileira. Destaque para os artigos 12, 13 e 14, que tratam da eleição e da participação na vida da escola.

Na terceira seção, são examinados os critérios que tratam do processo de escolha do(a) dirigente nas escolas do município de Tupaciguara. A democracia presente na escola não dispõe das mesmas condições que a vida política tem na sociedade civil.

2 DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO

2.1 O Observatório da Democracia de Würzburg

Mounk (2019), ao analisar o cenário das democracias modernas, mostra que há um desgaste na organização política no mundo. Tornou-se difícil manter as mesmas condições de preservação da democracia. O Observatório de Política de Würzburg, na Alemanha (Cf. ANEXOS) indica que não são muitos os países que se sobressaem na qualidade da vida democrática. O Brasil, por exemplo, ocupa a 80.^a posição, quando se trata das condições democráticas, conforme o Quadro 3

Quadro 3 Classificação e nota para a democracia

País	Nota
1 -Dinamarca	95
2 -Noruega	95
3 -Suécia	94
4 -Alemanha	94
5 -Holanda	93
80 -Brasil	60

FONTE: Folha de São Paulo, 13/09/2020, caderno A, página 11

No Quadro 4, podem-se observar algumas variáveis importantes que compõem a estrutura democrática. Para os idealizadores do modelo democrático, a coexistência respeitosa dos três poderes, a saber, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, constitui os três pilares do governo democrático.

O Barão de Montesquieu, século XVIII, foi um dos pensadores mais influentes na tentativa da elaboração do modelo de democracia vigente. Como ele mesmo afirma, durante vinte anos, dedicou-se à elaboração do texto que se tornaria referência e censura na estrutura dos governos democráticos (MONTESQUIEU, 2004, p. 42). Para ele, a interação e a complementaridade dessa estrutura tripartite de governo – Executivo, Legislativo e Judiciário – eram garantias do equilíbrio da administração pública.

Um poder estaria vigilante sobre o outro, evitando assim erros desnecessários. Para ele, a natureza humana não é perfeita e, por essa razão, deve ser monitorada, pra evitar deslizes desnecessários.

Quadro 4 Condições democráticas

1 - Decisão	Eleições Livres
2 - Regulação	Liberdade de Organização
3 - Comunicação	Liberdade de Opinião
4 - Direitos	Independência do Judiciário
5 - Implementação	Independência do Executivo
6 – Elaboração de políticas públicas	Ações do legislativo

FONTE: Folha de São Paulo, 13/09/2020, caderno A, p. 11

Levitsky e Ziblat (2019) também deixam bem claro que, nos dias atuais, a grande ameaça das democracias já não é a dos militares, mas, sim, a dos populistas autoritários que avançam sobre a democracia. Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, é um exemplo recente da tentativa de corroer as bases da democracia, inclusive com a invasão do Congresso norte-americano, embora ele mesmo não tenha tomado a frente.

Piaget (1977), por seu turno, mostra que o desenvolvimento moral das crianças é construído, onde houver clima de liberdade, de modo a permitir que elas possam experimentar valores e condutas no cotidiano. A atmosfera de liberdade, própria dos estados democráticos, é condição para a formação do sujeito na escola.

2.2 A Democracia em sua Origem

A democracia é uma forma de governo na qual o cidadão tem o direito de escolher seus líderes pelo voto direto. Nela, cidadãos e cidadãs podem votar e procuram acompanhar a ação política de seus representantes. Estribada em uma constituição, elaborada pelos representantes eleitos e em instituições sólidas, a democracia torna-se a coluna vertebral da vida social e política de um país.

Ela pode ser organizada na forma de presidencialismo ou de parlamentarismo. Pode, ainda, combinar com monarquias com papel restrito ao comando político. No presidencialismo, o mandatário máximo exerce um papel-chave na política. No parlamentarismo, um Primeiro-Ministro é escolhido dentro do partido vencedor, para governar, geralmente em coalisão com outros partidos.

A democracia moderna, apoiada por John Locke e pelo Barão de Montesquieu, está estruturada na forma de governo tripartite, isto é, nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O equilíbrio dos três poderes torna-se o grande desafio dos tempos atuais nas democracias.

Na Grécia, os *escravos* eram os prisioneiros de guerra ou condenados por algum crime. Um último motivo para a escravização, que permaneceu até 594 a. C., era o pagamento de dívidas. Nesse caso, até mesmo um cidadão poderia virar escravo, reduzido socialmente à referida condição junto com seus filhos. Em uma sociedade basicamente escravista – por exemplo, a ateniense – os cidadãos possuíam em média dois a três escravos, em geral urbanos; um cidadão rico tinha aproximadamente doze escravos.

Os *metecos* eram homens livres – gregos ou bárbaros – não nascidos na *pólis*; eram estrangeiros. Não possuíam direito à participação política nem à propriedade. Eram representados por um tutor pertencente à *pólis* e pagavam impostos (fundamentais para a Economia); tais tributos eram fruto de atividades como comércio, artesanato, finanças etc.

Atenas tinha 250.000 cidadãos e 400.000 escravos por volta de 500 a. C. (JAEGER, 1979). As mulheres não participavam da vida política. A ideia de participação ativa do cidadão no destino da sociedade era diferente, porque a população era muito menor e a História movia-se em câmara lenta. Os conflitos eram diferentes e algumas formas de discriminação e de segregação das minorias eram aceitas.

Sólon, eleito como arconte de Atenas em 594 a. C., o poeta e *estratego*, popularizou o vocábulo democracia, então utilizado, para designar o regime político no qual os cidadãos dos bairros atenienses, os chamados “*daimos*”, participavam das decisões sobre o destino da importante cidade grega. No início, portanto, o termo democracia equivalia ao regime político, no qual os cidadãos eram ativos e envolvidos nas decisões da sociedade.

Na “*ágora*”, eram realizadas as discussões, em busca de legitimidade e do apoio, para as políticas públicas atenienses. Votar era um modo comum de concordar ou de discordar das propostas apresentadas. Com Sólon, todos tinham o direito de votar e de escolher, exceto as mulheres e os escravos. Essa “*daimocratia*” era uma inovação importante, já que em Esparta, vizinha de Atenas, não havia esse experimento político.

Mais tarde, em 340 a. C., Aristóteles de Estagira, ao escrever o livro “A Política”, apresentou as vantagens e as desvantagens de cada um desses regimes políticos. Para ele, a monarquia, a oligarquia, a aristocracia, a tirania e a democracia eram formas de governo, cada uma com suas vantagens e desvantagens (ARISTÓTELES, 2010). Ele era cauteloso com relação às vantagens da democracia, pois ela implicava ou poderia produzir governos populistas. Sua preferência, ao que tudo indica, recaía sobre a monarquia, pois o tempo do governo do monarca durava mais e, por isso, seria mais estável. Do mesmo modo, por ser rico, o monarca não se tornaria corrupto, pela simples razão de já ser rico, o que a História provou não ser verdade.

Atenas era a cidade dos *eupátridas*, ou seja, dos cidadãos ricos, entretanto relutantes, a compartilhar sua riqueza com aqueles que não a possuíam. A escravidão, inclusive, era uma marca da sociedade ateniense. Acredita-se que havia 250.000 cidadãos atenienses e 400.000 escravos, como já foi dito. O próprio Aristóteles de Estagira tinha seus escravos e recusava a dar-lhes alforria, pois dar-lhes emprego era mais importante que abandoná-los depois de velhos. A escravidão não era considerada um mal em si, mas apenas uma forma de incluir socialmente aqueles excluídos da sociedade (BARNES, 2009).

Ao longo dos séculos, a democracia foi sofrendo mudanças, adaptou-se às sociedades que a implantaram e hoje, o obstáculo maior é a velocidade da informação. Fato e versão já caminham juntos, atordoando o juízo crítico do cidadão. Diante de uma avalanche de informações e sem o tempo necessário para separar o certo do errado, o bem do mal, a possibilidade de escolha torna-se dramática.

1.2 A Democracia no Brasil

A tradição democrática no Brasil apresenta características *sui generis*. A chamada Revolução de 1964, assim denominada pelos próprios militares, não detonou sequer uma cápsula nas armas que eram empunhadas. Parece mesmo que o processo revolucionário foi combinado entre os agentes envolvidos, assemelhando-se a uma parada militar, comemorativa de um dia festivo da república.

O Brasil já teve 37 presidentes, ao longo de seu período republicano, considerando nesse rol Getúlio Vargas apenas no período em que foi eleito pelo voto, a saber, de 31/01/1951 a 24/08/1955, não completado em razão de seu suicídio. Outros militares também foram eleitos indiretamente pelo congresso *ad hoc* instruído. Desses 37 eleitos direta ou indiretamente, onze foram militares:

- 1 - Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891),
- 2 - Floriano Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894),
- 3 - Hermes da Fonseca (15/11/1910 a 15/11/1914),
- 4 - Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946 a 31/01/1951),
- 5 - Getúlio Vargas (31/01/1951 a 24/08/1954),
- 6 - Humberto Castelo Branco (15/03/1964 a 15/03/1967),
- 7- Artur da Costa e Silva (15/03/1967 a 31/08/1969),
- 8 - Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974),
- 9 - Ernesto Geisel (15/03/1974 e 15/03/1979),
- 10 - João Batista Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985).
- 11 - Jair Messias Bolsonaro (31/01/2019).

Embora pretenda fazer parte dos militares, este último foi banido do exército. Portanto, não faz parte do rol dos presidentes militares. A presença militar na Presidência da República corresponde a 29,72% do total dos presidentes brasileiros. Por essa razão, não há como excluir da História do Brasil os militares, mesmo que não seja aprovada a maneira autoritária pela qual conduziram as ações políticas. Getúlio Vargas, por exemplo, um ditador, fez reformas que marcaram o início da modernização do País: a CLT, o CNPq, o INEP, a Petrobrás, Volta Redonda, assim como o reconhecimento do voto feminino nas eleições.

Além da idiosincrasia da presença do militar, como parte da vida política brasileira, outra curiosidade chama a atenção: a presença dos mineiros e dos paulistas na Presidência da República. O revezamento entre o “café” (São Paulo) e o “leite”(Minas Gerais) predominou nas eleições presidenciais brasileiras. Os mineiros elegeram 21,62% dos presidentes e os paulistas 18,91%. Juntos, mineiros e paulistas elegeram 40,54% dos presidentes brasileiros.

Por não serem diretamente preparados para o exercício da política, os militares têm apresentado aptidão e tolerância para o diálogo. Como a política é a arte da busca do **consenso**, o **dissenso** recorrente só induz a erros políticos. Para ser justa, entretanto, com os governos militares, uma análise mais acurada de cada um deles seria mais apropriada. Esse caminho não é a escolha desta dissertação, escrita com pretensões mais generalizadas.

Nos governos militares, o tráfico de influências, denominado popularmente como o “**toma lá e dá cá**” não foi parte preponderante da agenda comum, pois eles repudiam a desonra na conduta. Em princípio, os militares não toleram o exercício do poder fora dos padrões da ética. Os equívocos dos governos militares advieram de outras instâncias da sociedade. Na maioria das vezes, foram ocasionados pela falta de desenvoltura política e incapacidade de ouvir, para construir consenso.

3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

3.1 Dados Históricos da LDB

A ideia de uma diretriz nacional para a Educação concretizou-se na Constituição de 1934, no Governo de Getúlio Vargas. Mas o primeiro projeto só foi aparecer em 1947 e a proposta apresentada foi para o “freezer” da política, para ser retomada bem mais tarde. A disputa entre a ala da Igreja e a do setor privado parecia insuperável.

Em 1961, entretanto, a Lei n.º 4.024 tornou-se possível e veio a ser a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira. Por estar impregnada de ideias e de valores sociais, com a ascensão dos militares, por meio do golpe de 1964, a referida Lei n.º 4.024 foi descaracterizada com as mudanças efetuadas pelo governo militar.

Em 1988, o então engenheiro deputado pemedebista, Otávio Elísio Alves de Brito, secretário da Educação de Minas Gerais, nos governos de Tancredo Neves e de Hélio Garcia, apresentou uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases na Câmara dos Deputados. Ela constava de dez títulos e de 68 artigos.

Em seu léxico, permaneciam termos como primeiro, segundo e terceiro grau, utilizados na LDB anterior, a Lei n.º 4.041/61 e pouco inovava. Submetida à comissão de constituição, justiça e redação, a proposta foi aprovada em 29 de junho de 1989. Como coordenador, foi nomeado Florestan Fernandes (PT-SP) e relator o deputado Jorge Hage (PSDB-BA).

O texto original alargou-se, tornando-se um texto substitutivo, com 172 artigos, não mais com dez capítulos, mas sim com vinte. Ganharam configuração no texto substitutivo: definição de sistema nacional de Educação, regulamentação da pré-escola, avanços no ensino médio, redução da jornada de trabalho, avaliação da Educação superior e ensino a distância.

Aprovado o texto substitutivo em 28 de junho de 1990, ainda teria de passar pela comissão de finanças, o que se estendeu até 1993, ou mais precisamente, até 13 de maio de 1993. Quando tudo fluía em 1991, Ângela Amin, matemática, deputada e esposa do ex-governador de Santa Catarina, Espiridião Amin, filiada ao PDS, tornou-se relatora da proposta substitutiva na Câmara dos Deputados. No sistema bicameral, o texto substitutivo deveria ainda passar pelo Senado Federal. Foi ali que uma surpresa estarreceu a todos.

O senador de Montes Claros, Minas Gerais, Darcy Ribeiro, apresentou um outro substitutivo. O projeto de lei recebeu o número 1.158-A/1988 na Câmara Federal. Posteriormente ampliado para 83 artigos, foi objeto de discussão na V Conferência Brasileira

de Educação, realizada em Brasília, com o título: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 2016).

No Senado Federal, o projeto recebeu um substitutivo do senador Cid Saboia, muito semelhante àquele aprovado na Câmara dos Deputados. Depois de muita discussão e devido ao fato da militância na esquerda do senador brasileiro, o projeto foi apresentado na Câmara pelo deputado José Jorge e aprovado em 1986. Era a nova Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, sonhada desde 1934.

Composta de 92 artigos, portanto mais enxuta, a nova LDB delinea ou norteia a Educação, é maleável e carece de leis complementares. Aquilo que parecia ser sua fraqueza, tornou-se sua força. Leis duráveis são de natureza geral. A Constituição dos Estados Unidos, por exemplo, tem nove artigos e 27 emendas e já dura mais de 200 anos. Em vez disso, no Brasil, já temos sete constituições federais⁶, entre as quais uma determina até o número tolerável da inflação.

Na nova LDB, o ano escolar foi estabelecido em 200 dias letivos, com 800 horas dos docentes na gestão da escola tornou-se possível, mas um calendário infestado de feriados e de datas comemorativas nem sempre permite o cumprimento desses parâmetros estabelecidos.

3.2 Estrutura da LDB

A LDB em vigor tem nove títulos, a saber:

- Título I - Da Educação (1 artigo)
- Título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (2 artigos)
- Título III - Do direito à Educação e do Dever de Educar (4 artigos)
- Título IV - Da Organização da Educação Nacional (13 artigos)
- Título V - Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino (5 capítulos, 41 artigos)
- Título VI - Dos Profissionais da Educação (6 artigos)
- Título VII - Dos Recursos Financeiros (7 artigos)
- Título VIII - Das disposições Gerais (7 artigos)
- Título IX - Das Disposições Transitórias (5 artigos)

⁶ No Brasil, já foram produzidas e promulgadas sete constituições: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e finalmente 1988. Esta última já recebeu mais de 100 emendas.

3.3 A LDB e a Democratização da Escola

Os artigos 12, 13, 14 e 15, pertencentes ao **Título IV - Da Organização da Educação Nacional**, composto de 13 artigos, trata da gestão da escola pública, mas permanece reticente quanto ao processo de escolha de seus dirigentes. Por ser um item essencial na vida política, a eleição não poderia faltar na gestão da Educação (cf. ANEXO, p. 16). Permite-se, entretanto, a participação de todos no processo pedagógico.

No artigo 12, toda escola deve elaborar seu Projeto Pedagógico; no artigo 13, define-se o papel dos docentes na elaboração do referido Projeto; no artigo 14, estabelece-se a participação dos profissionais da Educação e da comunidade. A escola privada ficou de fora, ficando a seu critério decisões cabíveis de gestão.

Como no período da publicação da LDB, a grande preocupação era a democratização do País, o artigo 12 da LDB, que estabelecia como norma que toda escola tivesse seu projeto pedagógico, tornou-se Projeto Político Pedagógico ou o PPP. Marcado por vieses políticos, o PPP foi impregnado de questões políticas, inclusive partidárias, o que pode não ter sido proveitoso.

Criou-se um modelo padrão de PPP e nem sempre a comunidade participou de sua elaboração. Muitas vezes, um texto que exerceu pouca influência na vida escola, o PPP, hoje demanda um planejamento mais efetivo e realista para escola. Ele deveria ser algo parecido com a Constituição Federal para o país: uma referência.

Certamente, a maioria das escolas, inclusive as privadas, consideram o projeto pedagógico um marco decisivo. Por tratar da gestão da escola, do ensino, da infraestrutura, do corpo docente, do corpo discente, da avaliação, da participação da comunidade e do desempenho dos alunos nos exames oficiais, ele interessa a toda escola preocupada com a Educação.

Para a pesquisa que foca sobre a gestão democrática da escola e da Educação, o Projeto Pedagógico é um documento de suma importância, pois, entre a prática pedagógica do dia a dia e os termos convencionados no PPP, podem estar o fracasso ou o sucesso da Educação. A democracia como regime político não cabe inteiramente dentro da escola. A Educação é muito importante para se espelhar e aventurar apenas na política. A ela interessa mais a formação para a liberdade.

4 A GESTÃO ESCOLAR EM TUPACIGUARA-MG

4.1 Breve histórico do município de Tupaciguara

O início do povoamento deu-se posterior à passagem do Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) que, em desbravando grandes territórios mineiros e goianos, deu início ao povoamento dessas áreas,⁷ antes desconhecidas aos grandes centros. Inicialmente, assentava-se uma pequena família que, após erguer uma capela para as práticas religiosas, incitava o aparecimento de outras famílias, principalmente àquelas com importantes ou pequenos parentescos:

[...] Antigamente era comum que aldeamentos, arraiais e povoados surgissem a partir da construção de capelas, em torno da qual eram com tempo erguidos um cemitério, uma cadeia e os comércios, dando origem a uma comunidade de povos que, aos poucos, aos poucos, se desenvolvia e, portanto, demandava a transformação deste espaço em vilas e cidades (PIQUI, 2000)

A formação da cidade de Tupaciguara deu-se em 1841, quando um casal de fazendeiros, Manoel Pereira da Silva e Maria Teixeira, naturais do estado de Goiás, chegaram à região localizada nos entremeios do Rio Paranaíba. A localização privilegiada e a abundância de água fizeram com que residissem nas novas terras mineiras. Por ser devota de Nossa Senhora da Abadia, Maria Teixeira mandou construir uma rústica capela, coberta por telhas e folhas de buritis, em honra e louvor à santa.

Aos poucos, novos moradores de outras regiões do País se alojaram e foram sendo erguidos, ao redor da capela, alguns ranchos ainda simples, construídos à base de pau a pique e folhas de buriti, pelos quais foi formando um pequeno arraial, denominado Arraial da Abadia, em homenagem à capela, com uma pequena população que sobreviveu, desde o início, das atividades agropastoris empenhadas na região de suas fazendas. Após inúmeras substituições de nomes da localidade, outras transformações foram ocorrendo e o referido distrito, com o passar dos anos, adquiriu novas conquistas e teceu sua história. Uma destas conquistas foi a criação da paróquia de Nossa Senhora da Abadia.⁸

⁷ Esta região era habitada por várias tribos indígenas, principalmente, a Nação Caiapó do Sul, autodenominada de Paraná.

⁸ A referida paróquia, ainda rememorada pelos moradores do atual município de Tupaciguara, por pertencer à História desta cidade, teve como primeiro vigário o Padre José da Silva Camargo, que recebeu a provisão e a posse no ano 1859 e exerceu o ministério até 1870, ano em que foi legitimada por meio da Portaria 13/12/1870, a criação da tal paróquia.

Percebe-se, aqui, que a formação da cidade de Tupaciguara deu-se por intermédio de fazendeiros que, em decorrência de sua fé católica, ergueram o arraial que futuramente se tornou cidade (COSTA, 2009)

Situada no Estado de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, região sudeste, sua população estimada em 2021, era de 25.466 habitantes. Em 1912, Tupaciguara emancipou-se politicamente com o nome de “Abadia do Bom Sucesso”. Somente em 1922, o município adotou seu nome atual. Tupaciguara é um termo de origem tupi que significa “Terra da Mãe de Deus”, pela junção dos termos *tupã* (“Deus”), *sy* (“mãe”) e *kuara* (“terra”).

4.2 As escolas municipais de Tupaciguara

A rede municipal de Educação de Tupaciguara é composta de onze (11) instituições de ensino, que atendem às modalidades de Educação Infantil, Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Todas contam com profissionais, parte efetivos, parte contratados; os efetivos são lotados⁹ na instituição que atua de acordo com classificação em concurso realizados nos anos de 1994 e 2005.

Dessas onze instituições, oito estão localizadas na zona urbana administradas por diretores, vice-diretores e coordenadores e três na zona rural, administradas por coordenadores. Para as escolas de zona rural, é disponibilizado transporte tanto para os alunos quanto para os profissionais que atuam na escola e o município atende 2007 alunos (referência: ano de 2021), dos quais são: 599 na Educação Infantil, 973 Fundamental I, 343 Fundamental II, 28 no Ensino Médio e 37 na EJA. Seguem os nomes das escolas e as modalidades de ensino a que atendem:

Zona Urbana

- 1 - CEMEI¹⁰ Dona Candinha (Berçário, Maternal e Educação Infantil);
- 2 -CEMEI Dona Lola (Berçário, Maternal e Educação Infantil);
- 3 - CEMEI Maria Olívia (Berçário, Maternal e Educação Infantil);

⁹ **Art.26.** Lotação é o ato mediante o qual o Secretário Municipal de Educação fixa o servidor integrante do Quadro do Magistério Público Municipal a determinado órgão do Sistema. **Art.27.** O ocupante de cargo do Magistério será lotado na escola ou na Secretaria Municipal de educação. (Lei Complementar n° 206 de 27 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público de Tupaciguara e dá outras Providências).

¹⁰ CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;

- 4 - Anexo da Educação Infantil Neuza Helena Vasconcelos (Educação Infantil)¹¹
- 5 -Escola Municipal Francisco Lourenço Borges (Educação Infantil e Ensino Fundamental I);
- 6 -Escola Municipal Francisco Ferreira Borges Sobrinho (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação Integral);
- 7 -Escola Municipal São Tarcísio (Educação Infantil e Ensino Fundamental I);
- 8 -Escola Municipal Maria Conceição Borges (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, EJA)

Zona Rural

- 9 -Escola Municipal Alvarenga Peixoto (Educação Infantil e Ensino Fundamental I) localiza-se a 21km do município (Fazenda Samambaia), rumo à cidade de Uberlândia/MG;
- 10 -Escola Municipal do Brilhante (Educação Infantil e Ensino Fundamental I) localiza-se a 25km do município (Povoado do Brilhante), sentido a cidade de Itumbiara/GO;
- 11 -Escola Municipal “Paz e Amor” Professor Severiano (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio) localiza-se a 42km do município (Povoado do Bálsamo) rumo à cidade de Itumbiara/GO.

Destaca-se que todas as instituições oferecem atendimento educacional especializado (AEE) com profissionais habilitados na área para o trabalho com os alunos que apresentam necessidades especiais. Observa-se que, na relação das escolas descritas, apenas duas oferecem o Fundamental II e apenas uma, na zona rural, oferece o Ensino Médio. A demanda que ultrapassa é atendida pelas quatro escolas estaduais do município.

As diretrizes administrativas e pedagógicas partem da Secretaria Municipal de Educação, que adota sistema único de ensino, mesmo cada escola tendo a sua realidade. Essa ação demonstra a intencionalidade de manter o trabalho equilibrado e para que não haja divergências de informações.

O projeto pedagógico de cada instituição é elaborado pela equipe administrativa e pedagógica, seguindo as normativas que rege a LDB nos artigos 12, 13 e 14. Destaca-se aqui

¹¹ Recebe o nome de Anexo, pois a documentação para o desmembramento da instituição está em trâmite para autorização na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia; entretanto, já funciona de forma independente.

que o histórico de elaboração desses projetos pedagógicos do município nem sempre equivale ao que os artigos estabelecem.

A participação de todos os envolvidos da escola, no que se refere ao pensamento democrático e crítico, não é valorizada e acatada na elaboração desse documento. Nota-se, na experiência vivenciada, que, por muitas vezes, o documento mal foi analisado, mudando apenas o ano de vigência para validação. Nesses fatores apresentados instalam-se algumas indignações e indagações.

Fica o questionamento, pois esse documento deveria receber o nome de PPP, Projeto Político Pedagógico? À frente, explicaremos e faremos uma reflexão sobre a escolha dos Dirigentes das Escolas Municipais.

4.3 Sobre a escolha dos dirigentes das escolas municipais

Os servidores do município de Tupaciguara são regidos pelo Estatuto e pelo Plano de Carreira do Magistério, que vincula os profissionais da Educação administrativamente à Secretaria Municipal de Educação. Tal documento traz disposições gerais, carreira do magistério, quadro próprio do magistério, atribuições, regime funcional, entre outros.

O Capítulo III (Dos Diretores de Escola Municipal e Diretor de CMEI) do Estatuto é dedicado à escolha e às atribuições dos dirigentes das escolas municipais. Os artigos 15 e 18 são específicos para a escolha:

Art.15. – O cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar será preenchido por servidor efetivo integrante do Quadro do Magistério público Municipal, por meio de habilitação em **processo seletivo simplificado**.

§ 1º O Diretor Escolar será indicado pela comunidade escolar das unidades, onde pretendem atuar, em **processo seletivo**, conforme dispuser regulamento, a ser editado pela Secretaria Municipal de Educação. Em caso de inércia da comunidade escolar, **o Diretor Escolar será indicado pelo Prefeito**.

§ 2º O candidato aprovado no processo seletivo, comporá **lista tríplice**, a ser encaminhada pelo Prefeito Municipal para a devida nomeação.

§ 3º Fica assegurado aos integrantes do Quadro do Magistério Municipal local, ocupantes de cargos de provimento em comissão ou função gratificada, o retorno ao cargo de origem, e benefícios previstos na Lei.

Art.18. Para o processo de seleção de candidatos aos cargos de Diretor de Escola Municipal, adotar-se-ão as seguintes medidas:

Divulgação das vagas existentes, pela Secretaria Municipal de Educação;

Inscrição dos candidatos no prazo previamente estipulado.

Parágrafo Único: o processo seletivo ocorrerá no decorrer do ano letivo, conforme publicação de edital específico.

A observância dos artigos apresentados mostra que o processo segue os parâmetros de eleição indireta, retendo o governo local a prerrogativa da escolha final entre os nomes apresentados em uma lista tríplice. Os artigos e incisos são claros e não possibilitam ambiguidade de interpretação. Eles formalizam todo o processo seletivo, interferindo na escolha feita comunidade escolar.

A Lei Complementar n.º 206 é de 2010 e está em vigor até os dias atuais, todavia a escolha não acontece da forma pela qual rezam os incisos. O município mantém um sistema político, no qual, *grosso modo*, pode-se chamar de **apadrinhamento**, ou seja, dá-se oportunidade para o servidor que não é contrário à gestão que está no poder. Nesse sentido, o sistema de escolha do dirigente corre o risco de não escolher o melhor gestor, pois a subserviência nem sempre tem razão.

Ora, como se pode preparar o aluno para o exercício da liberdade e da responsabilidade, se ele não pode observar a escola, escolhendo, ainda que de forma indireta, o seu dirigente? Nas universidades públicas brasileiras, o aluno também vota na escolha do reitor e do vice-reitor. Por meio de uma lista tríplice, repassa o nome daqueles que foram mais votados e o Governo nomeia aquele de sua conveniência.

No caso das escolas de Ensino Fundamental, o aluno ainda não tem idade nem maturidade para votar. Entretanto, os docentes, os auxiliares técnicos, administrativos e de serviços gerais, assim como os pais, deveriam exercer a prerrogativa do voto, pois a instituição escolar é do seu maior interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as variáveis que o **INSTITUTO DE MAX WÜRZBURG** (Cf. ANEXO) aponta como essenciais para a mensuração da democracia em uma sociedade, a eleição livre e outros quesitos são fundamentais. Não se pode esperar que uma instituição, como a escola, possa seguir os passos da política, tal como acontece na sociedade, mas o direito de escolher não combina com cartas marcadas.

Essa atmosfera não prepara o aluno para escolher, no futuro, os dirigentes da sociedade em que ele vai viver e atuar. A autonomia, diz Piaget (1977) não é uma herança genética, mas uma conquista do desenvolvimento da pessoa. A criança desenvolve-se moralmente, assim como cognitivamente. O exercício da liberdade e da responsabilidade é uma experiência que não deve ser furtada do aluno na escola.

A China é um exemplo vivo da imposição política na Educação escolar. Quando o aparelho político interfere na formação escolar do aluno, já não se fala em democracia e Educação. Pode-se observar que o aluno chinês é induzido, a fazer parte do Partido Comunista. Essa estratégia caberia dentro do binômio democracia e Educação?

Para Dewey (1979), a escola deve ser democrática, pois, por meio dela, os valores democráticos são incentivados nos alunos. A conquista da autonomia por parte do aluno é o objetivo maior da Educação. Uma escola democrática forma cidadãos responsáveis para a vida em sociedade. Em grande parte, a cidadania é função da formação que o aluno recebeu no meio familiar e na própria escola.

REFERÊNCIAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023, de 21.11.2018**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Rio de Janeiro, 2018

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução do Grego de Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BARNES, Jonathan (Org.). **Aristóteles**. Tradução de Ricardo Hermann Ploch Machado. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2009.

BRASIL. Prefeitura de Tupaciguara. **Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público de Tupaciguara e dá outras Providências**. 2006.

BRASIL. **IBGE** Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021, 27 de agosto de 2021). PDF. Acesso em 18 de agosto de 2021.

CHAPBELL, Vere. **Locke**. Tradução de Guilherme Rodrigues Neto. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da Educação pública, gratuita e democrática**. Belo Horizonte: Editora Autêntica 2018.

COSTA, Muriel de Moura. **Olhares sobre Tupaciguara (1920-1960): de sonho rural a ideal de progresso**. Monografia (Curso de História) – Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. 2. ed. Campinas: Editora Papirus, 1997.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. 4. ed. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

DOBSON, Willian J. **Escola dos ditadores: dentro da luta global pela democracia**. São Paulo: Editora Via Leitura, 2014.

DORNAS, Roberto. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB**. Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, Coleção Leitura, 1997.

JAEGER, Werner. **Paideia**. Tradução de Arthur M. Parreira. São Paulo: Editora Livraria Martins Fontes, 1979.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

LAUTH, Hans-Joachim; PICKEL, Gert; PICKEL, Susanne. **Vergleich Politischer Systeme**. Schöningh: UTB GmbH, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

Locke, John. **Segundo Tratado sobre o Governo** (1.ed.1689). Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phénoménologie de la Perception**. Paris: Éditions Gallimard, 1945.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Do Espírito das Leis**. Tradução de Édson Bini. São Paulo: Editora EDIPRO, 2004.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: Por que Nossa Liberdade Corre Perigo e Como Salvá-la**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

ONSMAN, Andrys; CAMERON, Jackie. Democracy and international higher education in China. **Australian International Review**, v. 56, no. 2, p. 01-10, 2014.

PIAGET, Jean. **O Julgamento Moral na Criança**. Tradução de Elzon Lenardon. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Mundo vive onda de recuo democrático. **Folha de São Paulo**, 13/09/2020, p. A 11.

PIQUI, Ângela. **Revista Impacto** – Ano 2, nº 5. Tupaciguara, Maio/Junho de 2000. Edição Especial.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. São Paulo SP, Círculo do Livro, 1989. Acesso: <https://www.pensador.com/frase/NjI4MzYx/> (16/10/2021).

SANTOS, Boaventura. **Direitos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Editora Autores Associados, 1944.

SAVIANI, Demerval. **A Lei da Educação**. LDB: Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas: Editora Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Demerval.. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

SLOTERDIJK, Peter. **No Mesmo Barco: ensaio sobre a hiperpolítica**. Tradução de Claudia Cavalcanti. São Paulo: Editora Estação Liberdade. 1999.

SOUZA, Paulo Nataniel Pereira; SILVA, Eurides Brito da Silva. **Como entender e Aplicar a Nova LDB**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

TARDIF, Maurice. GAUTHIER, Clermont (Organizadores). **A Pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

TUPACIGUARA. **Lei Complementar nº 206 de 27 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público de Tupaciguara e dá outras Providências.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Um Construção Possível**. 29. ed. Campinas: Editora Papyrus, 2011.

VILA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Editora LeYa, 2011. Andrys Onsman University of Melbourne Jackie Cameron University of Stirling.

VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Editora Leya, 2011.

ANEXOS

Anexo I Elementos da estrutura democrática

	LIBERDADE	IGUALDADE	CONTROLE
I - Procedimentos de decisões	1 - Eleição livre	2 - Oportunidade de participação	3 - Comissão eleitoral
II - Regulamento da esfera intermediária	4 - Liberdade de organização	5 - Direito igual de organização e de ação	6 - Vigilância sobre as associações políticas
III - Comunicação pública	7 - Liberdade de comunicação	8 - Oportunidade igual de participação	9 - Participação geral da mídia
IV - Garantia de direitos	10 - Independência do judiciário e segurança legal	11 - Direitos iguais e tratamento igual pelo judiciário	12 - Jurisprudência efetiva
V - Regras de implementação	13 - Independência do governo	14 - Tratamento igual pelo parlamento	15 - Vigilância do parlamento e da administração pública

FONTE: <https://www.democracymatrix.com>

Os itens em negrito são considerados de grande importância na avaliação da estrutura democrática. Sem eleições livres, não há democracia.

Anexo II Instituto de Max Würzburg – Alemanha

DIRETOR: HANS-JOACHIM LAUTH

**TÍTULO DO ARTIGO: MUNDO VIVER ONDA DE RECUO DEMOCRÁTICO,
APONTA ESTUDO**

Folha de São Paulo, 13/09/2020, caderno A, página 11.

(AUTORA: Ana Estela de Sousa Pinto)

VARIÁVEIS (15)

DA LIBERDADE

- 1 – **DECISÃO** – ELEIÇÕES LIVRES
- 2 – **REGULAÇÃO** – LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO
- 3 – **COMUNICAÇÃO** – LIBERDADE DE OPINIÃO
- 4 – **DIREITOS** – INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO
- 5 – **IMPLEMENTAÇÃO** – INDEPENDÊNCIA DO GOVERNO

DA IGUALDADE

- 6 – **DECISÃO** – IGUALDADE DA CANDIDATURA E VOTO
- 7 – **REGULAÇÃO** – IGUALDADE DE ORGANIZAÇÃO E AÇÃO
- 8 – **COMUNICAÇÃO** – IGUALDADE DE PARTICIPAÇÃO
- 9 – **DIREITOS** – IGUAL ACESSO AO JUDICIÁRIO
- 10 – **IMPLEMENTAÇÃO** POR LEGISLATIVO E PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DO CONTROLE

- 11 – **DECISÃO** – COMISSÃO ELEITORAL
- 12 – **REGULAÇÃO** – ASSOCIAÇÕES, PARTIDOS E SOCIEDADE CIVIL
- 13 – **COMUNICAÇÃO** – MÍDIA
- 14 – **DIREITOS** – JURISPRUDÊNCIA EFETIVA
- 15 – **IMPLEMENTAÇÃO** – EQUILÍBRIO ENTRE PODERES

RANKING DOS PAÍSES MAIS DEMOCRÁTICOS

NOTA DE ZERO A 100

1 – Dinamarca (nota 95)

2 – Noruega (nota 95)

3 – Suécia (nota 94)

4 – Alemanha (nota 94)

5 – Holanda (nota 93)

(...)

80 - Brasil (nota 60)

Esse observatório e esse centro de pesquisa alemão são importantes, porque, após examinar essas 15 variáveis, notas são atribuídas aos países. Mas a democracia não está vivendo tempos favoráveis. Muitos países estão reprovados, de acordo com o Instituto de Würzburg:

China – 5

Arábia Saudita – 5

Coreia do Norte – 5

Síria – 3

Eritreia - 2 (país abaixo da Etiópia)

A China e a Arábia Saudita, para não mencionar a Coreia do Norte, não apresentam algumas condições políticas para a vida democrática. Nesse caso, a Educação perde um horizonte fundamental na ação de formar o cidadão. **O Prof. Hans-Joachim, em Würzburg** desenvolve um trabalho importante que procura medir a solidez das democracias.

Diese Arbeit verknüpft die theoretische Demokratiediskussion mit dem neuen Forschungsgebiet der Demokratiemessung. Zwei zentrale Fragen liegen der Untersuchung zugrunde: Wann ist ein politisches System als Demokratie zu verstehen und wie demokratisch ist eine bestehende Demokratie? Der Autor verfolgt drei grundlegende Ziele: 1. die

Konstruktion eines Demokratiemodells für den interkulturellen Vergleich, 2. die Identifizierung zentraler Institutionen der Demokratie unter Einbezug der Relevanz informeller Institutionen und 3. die Entwicklung einer Messanlage zur empirischen Bestimmung von Demokratien.

https://www.amazon.de/Hans-Joachim-Lauth/e/B00455IT18?ref_=dbs_p_pbk_r00_abau_000000

TRADUÇÃO

Este trabalho junta a discussão teórico-democrática com a área de pesquisa de mensuração da democracia. Duas perguntas centrais emergem dessa investigação: quando um sistema político pode ser entendido como democracia e como a democracia perdura? O autor persegue três objetivos:

- 1 – a construção de um modelo de democracia para comparação intercultural;
- 2 – a fortificação das instituições centrais em relação às instituições comuns;
- 3 – desenvolvimento de um parâmetro empírico para medir o grau democrático da sociedade.

Anexo III Produto

Um artigo está sendo elaborado, pelo orientador e pelo aluno-pesquisador, para ser publicado em coletânea, sob a iniciativa do corpo docente do Mestrado Profissional em Educação, tratando das condições apontadas pelo Instituto de Ciência Política de Würzburg, na Alemanha, sob a direção do **Prof. Hans-Joachim Lauth**.

O estudo das condições necessárias para o funcionamento da democracia, inclusive de sua mensuração, pode servir para a formação dos alunos e dos gestores escolares no presente e no futuro. Esse artigo procuraria esclarecer e explicar as três condições, apresentadas em Würzburg, quais sejam:

- 1 - A construção de um modelo de democracia para comparação intercultural;
- 2 - A fortificação das instituições centrais em relação às instituições comuns;
- 3 - O desenvolvimento de um parâmetro empírico para medir o grau democrático da sociedade.